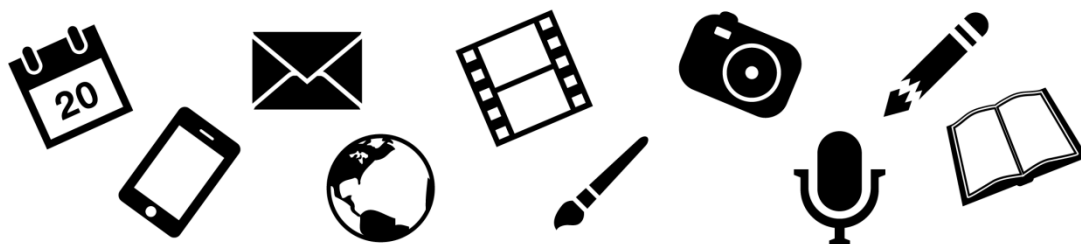




**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agecom
Agência de
Comunicação
da UFSC

03 de setembro de 2014

Notícias do Dia - Estado

“Luta contra o uso do amianto”

Amianto / Uso / Cancerígeno / Alesc / Santa Catarina / CCJ / Comissão de Constituição e Justiça / Alesc / Assembleia Legislativa de Santa Catarina / Projeto de Lei / Produto químico / Comissão de Finanças e Tributação / Comissão de Saúde / Câncer / Gilberto Ramos / Unisul / Universidade do Sul de Santa Catarina / Embralit / Criciúma / PVA / Rui Inocêncio / OMS / Organização Mundial da Saúde / Brasil / Rio de Janeiro / São Paulo / Pernambuco / Mato Grosso do Sul / Minal Gerais / Jailson Lima da Silva / José Nei Ascari / MPT / MPF / Ministério Público Federal / SUS / Valmir Comin / Fecomércio / SC / Federação de Comércio, Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina / CNPJ / Policlóreto de Polivinila / PVA / Acetato de Polivinila / UFSC / Nito Angelo Debachear / Imbralit / Constantino Juvêncio Vieira / Vanderlei Vieira / Adriana Ribeiro / Rudinei Nunes

Luta contra o uso do amianto

Cancerígeno. Comissão da Alesc aprova projeto que bane produto de Santa Catarina

MARCIANO DIOGO
marciano.diogo@noticiasodia.com.br
@ND_Online

O amianto está mais próximo de ser banido no Estado. Ontem, a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina) aprovou por unanimidade o projeto de lei (nº 00179.5/2008) que busca eliminar o uso do produto químico. Agora falta a Comissão de Finanças e Tributação e a Comissão de Saúde aprovarem o projeto para que seja votado em plenário. Caso a proposta seja aprovada e sancionada pelo governador, proibirá o uso de produtos ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto, asbesto ou outros minerais que tenham fibras de amianto na composição.

O amianto pode ser utilizado na fabricação de telhas, pastilhas de freio e fibrocimento, mas o contato direto ou indireto com a substância, a longo prazo, pode causar doenças como o câncer de pulmão, de laringe e do aparelho digestivo. De acordo com especialistas, o contato com o mineral ainda pode provocar outros tipos de câncer. “Ele causa principalmente câncer nas vias respiratórias, devido ao contato direto com as fibras. Mas também pode ocasionar o mesotelioma, que é um tumor maligno raro e de prognóstico sombrio, que pode atingir tanto a pleura [tecido que reveste o pulmão] como o peritônio [tecido que reveste a cavidade abdominal] e o pericárdio [tecido que reveste o coração]”, afirmou o médico pneumologista Gilberto Ramos, professor de medicina da Unisul (Universidade do Sul de Santa Catarina).

No Estado, somente a Embralit, em Criciúma, fabrica telhas e caixas de água com amianto. De acordo com a empresa, já são realizados estudos consideráveis sobre a substituição do mineral na fabricação dos produtos. “São telhas feitas com fibra de PVA, que impõem custos mais altos e poderão fazer com que a empresa não seja mais sustentável do ponto de vista econômico. Há riscos de termos um rombo muito grande e queda na contratação de profissionais”, explicou o gerente de relações institucionais da Embralit Rui Inocêncio. A empresa emprega 430 pessoas.

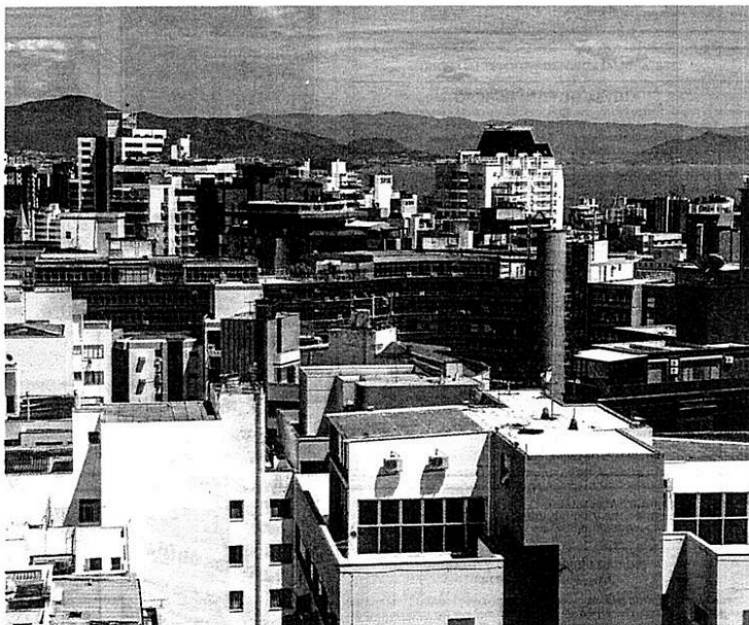
O projeto de lei deve ser encaminhado para as outras comissões da Alesc somente em outubro, por conta do calendário especial devido às eleições.

Riscos de contato

De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), o amianto é reconhecidamente cancerígeno. A organização também afirma que não há limite seguro para exposição ao mineral, e com base na certeza científica, mais de 66 países já baniram o uso do elemento. No Brasil, pelo menos seis estados já promoveram leis estaduais de banimento: Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

O projeto de lei de autoria do deputado Jailson Lima da Silva (PT), que concebeu a proposta ainda em 2008. “Conhecendo a gravidade do problema, trouxe a questão para o Estado. Mas assim como em 2008, a lei foi considerada inconstitucional ainda no início de agosto. Agora o relator reavaliou o caso e considerou constitucional”, concluiu o parlamentar. O relator José Nei Ascari (PSD) deu parecer favorável após o MPT e o MPF (Ministério Público Federal) produzirem um documento pelo banimento do amianto.

Ainda de acordo com o MPF, com dados baseados no SUS, o contato com amianto já levou à morte mais de 47 pessoas em 15 anos no Estado.



Risco à saúde. Contato direto ou indireto com o mineral utilizado na fabricação de telhas pode causar câncer

Reflexos da eliminação do mineral na economia

O deputado criciumentense Valmir Comin (PP) é contra o projeto dos parlamentares petistas e defende maior debate sobre o tema. “Sou contra porque o projeto deve demitir cerca de 500 pessoas. São 500 famílias sem emprego”, disse Comin ao alegar que há divergências sobre o tema dentro da bancada progressista. A Fecomércio/SC (Federação de Comércio, Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina)

manifestou o apoio à tramitação do projeto de lei, ressaltando que o setor é alicerçado por cerca de 85% de pequenos empresários, e sugeriu a dilatação do prazo de vigência da norma para, no mínimo, um ano após a aprovação da matéria.

Em nota, a federação afirmou que “os comércios varejista e atacadista de material de construção em Santa Catarina somam cerca de 15 mil registros

de CNPJ em todo o Estado, empregando mais de 80 mil trabalhadores. Esses dados demonstram a força do setor e sua representatividade no Estado. Os empresários presentes foram unânimes em afirmar que, embora se tenha ainda uma pequena vantagem competitiva na comercialização do amianto, essa vantagem não pode mais sobrepôr à defesa da saúde pública”.

Substituição do elemento na indústria pode salvar vidas

O amianto pode ser substituído por diversos tipos de fibras sintéticas. As mais utilizadas são as de PVC (Policloreto de Polivinila) ou PVA (Acetato de Polivinila). “Esses materiais custam mais caro que o uso do mineral, por isso, muitas empresas reticam em utilizá-los”, explicou o químico e professor da UFSC Nito Angelo Debachear.

Uma das 47 pessoas que morreram de câncer ocasionado pelo contato com o amianto foi o trabalhador da Imbralit

Constantino Juvêncio Vieira. O homem trabalhou durante três anos na empresa e morreu devido a complicações de um câncer de pulmão em 2005. “Esses três anos foram o suficiente para que meu pai absorvesse o elemento, que já deveria ter sido eliminado há muito tempo. Conheço pessoas que morreram serrando telhas de amianto. No último ano de vida, meu pai sofreu muito na cama com a falência gradativa dos órgãos”, relatou o filho do trabalhador que mora em

Criciúma, Vanderlei Vieira. A viúva Adriana Ribeiro também perdeu o marido, Rudinei Nunes, em 2008 devido à decorrência de um câncer de pulmão provocado pelo amianto. “Constava no laudo médico que o câncer teria sido provocado pelo elemento. Ele trabalhava com obras e tinha contato direto com o corte de telhas. Sabemos que o material que substitui o amianto é mais caro, mas a vida de uma pessoa vale mais do que qualquer material”, concluiu a viúva.



VÍTIMAS

Conforme dados do SUS, contato com amianto levou 47 pessoas à morte no Estado

Roberto Campos / Lupicínio Rodrigues / Música / Udesc / Centenário / Jéferson Dantas / Universidade do Estado de Santa Catarina / Márcia Ramos de Oliveira / Porto Alegre / Ilhota / Revolta Farroupilha / Nervos de Aço / Rio de Janeiro



4 PLURAL – NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, QUARTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2014

“Ao longo de sua trajetória como compositor, segundo o pesquisador Roberto Campos, Lupicínio escreveu 155 canções, incluindo as coautorias ou parcerias musicais.”

Legado
“Lupi”, como era conhecido o compositor gaúcho, teve um público cativo também no Rio

O cancionero da dor de cotovelo

Música. Obra de pesquisadora da Udesc relembra Lupicínio Rodrigues no ano de seu centenário de nascimento



JÉFERSON DANTAS *
jeferson.dantas@ufsc.br

No ano em que se comemora o centenário de nascimento e os quarenta anos da morte do compositor gaúcho Lupicínio Rodrigues (1914-1974), a historiadora e pesquisadora da Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina), Márcia Ramos de Oliveira, presta uma justa homenagem ao cancionero boêmio ao lançar o livro: “Lupicínio Rodrigues: a cidade, a música, os amigos”.

“Lupi”, como era apelidado pelos seus amigos mais íntimos, veio ao mundo pelas mãos de uma parteira em 16 de setembro de 1914, num bairro pobre de Porto Alegre popularmente conhecido como “Ilhota”, período em que a cidade passava por um intenso remodelamento urbanístico, o que gerou novas regras de conduta e um processo de “higienização social” análogo a outras capitais do país. A Cidade Baixa e a Ilhota eram territórios que circundavam o centro de Porto Alegre, tendo como moradores migrantes provenientes de cidades vizinhas. Estes bairros foram ocupados, inicialmente, por negros livres ou escravizados, a partir do final da Revolta Farroupilha (1845), “junto a outras pessoas de baixa renda, brancos ou mestiços”, conforme estudos de Oliveira.

A Cidade Baixa e a Ilhota ligavam-se a Porto Alegre por meio de ruas estreitas e becos. Após a abertura de vias maiores e mais largas é que surgiram os primeiros bondes elétricos; até então, os meios

de locomoção usuais eram feitos por transportes de tração animal. Deste modo, a música realizada na Cidade Baixa e na Ilhota era expressão da “liberdade dos negros que ali viviam. E muito antes que as autoridades pudessem impor regras que inibissem sua manifestação, o Carnaval se apresentava como uma característica indissociável da negra Cidade Baixa e da [então denominada] Colônia Africana”.

Lupicínio Rodrigues é fruto deste território, o que explica em grande medida suas composições associadas ao samba e ao choro, além de marchinhas de Carnaval. O processo de escolarização de “Lupi” aconteceu numa instituição mantida por uma congregação marista. Quando criança tinha fama de “brigão” e de “paquerador”. Além disso, gostava muito de futebol e frequentava os clubes da várzea da localidade onde morava. Não por acaso, devido a uma greve dos bondes na capital gaúcha num dia de grenal em 1953, acabou escrevendo o hino do Grêmio Foot-ball Porto Alegrense, seu time do coração, numa mesa de bar: “Até a pé nós iremos...”

Ao longo de sua trajetória como compositor, segundo o pesquisador Roberto Campos, Lupicínio escreveu 155 canções, incluindo as coautorias ou parcerias musicais. Com a chegada das primeiras transmissões radiofônicas em Porto Alegre na década de 1920, os profissionais da música, que se apresentavam em bares, passaram a integrar as orquestras destas emisoras, e as canções de Lupicínio foram aos poucos incorporadas ao repertório das rádios, o que lhe deu bastante notoriedade e visibilidade.

Contudo, o compositor gaúcho é reconhecido nacionalmente por canções que tratam de amores desfeitos, vinganças e passionais de todo gênero.

A canção Nervos de Aço, de 1947, teria sido o grande marco do ciclo intitulado ‘dor de cotovelo’. Boa parte destas canções é de cunho autobiográfico, já que Lupi, como bom boêmio (também foi dono de alguns bares e churrascarias), envolvia-se afetivamente – e com muita regularidade – por mulheres que frequentavam a noite porto-alegrense; e quanto mais as relações eram conflituosas, mais inspiração o compositor parecia ter para as suas criações.

Na década de 1950 teve início a fase de composições gauchescas de Lupicínio, onde se destaca a canção “Amargo”. Todavia, foi nesta época também que o compositor passou a ser esquecido pelos ouvintes das rádios e pelo público gaúcho de forma geral, embora tivesse um público cativo no Rio de Janeiro, onde as principais cantoras e cantores do período já haviam gravado as suas composições. Lupicínio, em 1963, chegou a escrever uma coluna denominada “Roteiro de um boêmio” para o jornal “Última Hora”, onde relatava em tom coloquial o processo de criação de suas composições e os muitos ‘causos’ com os seus amigos e parceiros musicais. Devido a complicações cardíacas, veio a morrer em Porto Alegre em 27 de agosto de 1974, deixando como herança, além de memoráveis canções, um estilo inigualável que até hoje influencia as novas gerações.

Para saber mais: OLIVEIRA, Márcia Ramos de. Lupicínio Rodrigues: a cidade, a música, os amigos: Florianópolis: UDESC, 2013.

*Historiador e doutor em educação pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

Diário Catarinense - Moacir Pereira

"UFSC: o limiar da desordem"

UFSC / Desordem / Roselane Neckel / Universidade Federal de Santa Catarina / Greve / Biblioteca Central / Restaurante Universitário / Portaria / Ernani Bayer / Diomário Queiróz / Rodolfo Pinto da Luz / Lúcio Botelho / Álvaro Prata

MOACIR PEREIRA



UFSC faz lista de servidores que não cumprem as oito horas de trabalho, como determina a legislação.

PÁGINA 12

UFSC: O LIMIAR DA DESORDEM

A polêmica e conturbada gestão da reitora Roselane Neckel na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) terá um novo desafio a partir desta sexta-feira. Os chefes de departamentos e diretores de centros estão obrigados a listar os servidores técnicos e administrativos que não cumpriram as oito horas diárias de trabalho, como manda

a lei federal e está fixado em suas nomeações. A UFSC atravessou o primeiro semestre numa situação que beira à calamidade. Servidores fizeram greve de março a julho. Braços cruzados durante cinco meses. Mas os salários foram pagos religiosamente no início do mês. Fecharam a Biblioteca Central e o Restaurante Universitário, além de causar prejuízos a vários departamentos de ensino.

No auge da crise, a reitora baixou uma portaria exigindo o cumprimento de horário. O sindicato decidiu que os funcionários trabalhariam apenas seis horas por dia e não as oito horas que vinham cumprindo até então. A norma interna entrou em vigor dia 1º de agosto e será, teoricamente, executada no dia 5 de setembro. A reitoria promete punir os faltosos ou os que não cumpriram

integralmente a carga horária.

As gestões anteriores dos reitores Ernani Bayer, Diomário Queiróz, Rodolfo Pinto da Luz, Lúcio Botelho e Álvaro Prata enfrentaram greves de professores e de servidores. Mas nenhuma delas chegou ao nível da desordem registrada este ano.

Dá pena ver o que era e no que foi transformada a UFSC.

Enfoque Popular - Variedades

"De olho no PAC"

Araranguá / Sandro Maciel / Brasília / DF / Convênios / Projetos / UFSC / Curso de Medicina / Saúde da família / Vestibular / Macrodrenagem / Mobilidade urbana / Plano de Aceleração do Crescimento / PAC / Governo Federal / Valdelir Cesconetto

DE OLHO NO PAC

O prefeito de Araranguá, Sandro Maciel cumpre agenda hoje em Brasília/DF, onde passa por gabinetes de parlamentares catarinenses e ministérios, monitora as emendas, convênios e projetos de interesse do município. A previsão de retorno é sexta-feira (5). Sandro vai trabalhar para antecipar no Campus da UFSC, em Araranguá, a implantação do curso de Medicina com ênfase na saúde da família, e que já tem vestibular marcado para 2015, e início das aulas em 2016. O principal compromisso da agenda é a tentativa de remanejar recursos que estavam alocados para a barra, para tentar investir em obras de macrodrenagem ou Mobilidade Urbana dentro do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. Acompanha o prefeito Sandro Maciel secretário de Finanças, Valdelir Cesconetto, o Dé.



Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[UAB inicia duas turmas de especialização em Ensino de Ciências e Gestão Pública](#)

[Aberto oficialmente a Sepei 2014](#)

[Inscrições para oficinas de arte na UFSC terminam nesta quarta-feira](#)